

MALPICA DO TEJO

possui uma singular obra social

A modesta e laboriosa freguesia de Malpica do Tejo, aglomerado de cerca de mil fogos, não é apenas aquele canto que todos conhecem pelos seus costumes singulares e pelos seus traços característicos. Hoje é mais alguma coisa, mercê do espírito de solidariedade que anima todos os seus briosos habitantes.

Arrumada ali para os lados do Tejo, com vistas para Espanha, como num «calcanhar do mundo», depressa os seus filhos verificaram que os seus problemas de existência tinham que ser resolvidos por eles próprios. E foi dentro desta ideia que nasceu uma das mais belas iniciativas de carácter social, que aglutinou todas as gentes do pequeno burgo de modo a poderem realizar uma obra, que não deve ter par noutra parte do país.

Já o sabíamos. Mas um encontro casual com o Pároco da freguesia, Rev.º P.º António E. Gonçalves e a propósito das solenidades que hoje lá se realizam, com a presença das autoridades, para festejar a linda e ousada iniciativa, forneceu-nos mais pormenores que gostosamente transmitimos aos nossos leitores, como testemunho de apreço e admiração pelo espírito de solidariedade do povo malpiqueiro.

— Há quarenta anos — diz-nos o nosso entrevistado — Malpica do Tejo reduzia-se ao aglomerado populacional, com as suas casas modestas e pobres, a reflectir a pobreza dos seus habitantes.

Heje, porém, possui propriedade rural no valor de mais de 25 mil contos.

Já conhecíamos um pouco da obra social realizada, mas estávamos longe de a supor com tal amplitude — observamos. E muito naturalmente indagamos o modo como foi possível realizar obra de tal envergadura.

Prontamente o nosso entrevistado esclarece:

Quando é posto à venda um «monte», faz-se uma reunião preparatória no salão de baile, da qual sai nomeada uma comissão com plenos poderes, para negociar, em nome do povo, a compra. Realizada esta, a mesma comissão percorre a povoação para recolha de inscrições previamente estabelecidas na última compra, a do monte «Judeus», a cota mínima foi de 2.500\$00 (e a máxima de 30.000\$00).

— Desculpe — interrompemos — falou aí da... última compra.

— Sim, este é já o oitavo «monte» que se adquire, e sempre pelo mesmo processo. Fechado o parêntesis, o Sr.

P.º Esteves continuou: como iam dizendo, no primeiro dia em que a comissão percorreu o povo, as inscrições atingiram 1.200 contos.

— Extraordinário!

— Claro que estas inscrições são abertas a todos os filhos da terra, mesmo ausentes. E muitos tem havido que se inscrevem mais para ajudar os seus patrícios, no que dão testemunho de verdadeira solidariedade.

Em dia determinado fecha a inscrição e feita a compra, até que não se faça o sorteamento, o «monte» é administrado pela mesma comissão, sendo o rendimento destinado ao pagamento das inevitáveis despesas da escritura, da ciza, etc.

Tomados embora de admiração, mal pudemos esconder o que interiormente guardávamos...

— Não haverá resentimentos e... invejas, a quando das partilhas?

— Nada disso! Nunca, nas oito compras feitas, houve um caso de reclamação ou uma simples desavença.

— Bom povo, não pudemos deixar de reclamar. O nosso interlocutor continua: Antes da entrega, a comissão escolhe 3 ou 4 homens da freguesia, bons e respeitáveis, que procedam à divisão do monte — tantos lotes quantas as cotas máximas: no caso do monte «Judeus», foram 145 sortes, pois foi comprado por dois mil e novecentos contos. Como é de supor, as sortes são convenientemente demarcadas.

— Mas, observamos, há muitas cotas inferiores a 20 contos.

— Nesse caso — acrescentou o Sr. P.º Esteves: os inscritos com cotas parciais juntam-se em grupos por forma a perfazerem os 20 mil escudos. Naturalmente, cada grupo fica com um chefe que resolve o problema que lhe diz respeito: ou a subdivisão da sorte ou a compra das cotas.

— E o sorteamento como é feito?

— Numa reunião ao ar livre e pelo processo mais trivial: todas as sortes foram já numeradas; e a numeração guarda-se num saco. A chamada de cada inscrito corresponde a um número que identifica a sorte que lhe coube.

É esse um caso singular de corporativismo prático — atrevemo-nos a dizer.

— E também de solidariedade humana — acrescentou o entrevistado. E prosseguiu: o «monte» sofre logo uma profunda valorização. Onde havia mato e árvores inúteis, aparecem oliveiras; as terras que pareciam maninhas são agora cultivadas; numa pala-

vra, tornam-se mais produtivas, por vezes até mimosas.

E note — rematou o Rev.º Pároco — tudo se faz sem a intervenção de engenheiros ou de técnicos orientadores. Já lá têm ido, mas para admirar aquilo de que é capaz a boa gente de Malpica do Tejo.

Iamos a dar por terminada a nossa entrevista, quando o Sr. P.º Esteves nos deteve:

— Mas há mais.

Como sabe, os actos festivos que hoje se realizam em Malpica do Tejo, e que trazem em alvoroço a sua gente, solenizam a compra dos vários «montes» até hoje adquiridos e a inauguração da «Moagem Social e Industrial» que muito há-de beneficiar esta terra. Note-se ainda que Malpica possui já um lugar cooperativo e foi porventura ele que inspirou a ideia da moagem.

— Mas uma empresa dessas representa muito trabalho e preocupações, pelos riscos que corre...

— Pois a sua história é simples: nasceu duma conversa despreocupada entre amigos que se encontram e intimamente se comunicam. Depois a ideia ganhou vulto, e passou a comandar o nosso pensamento: se um lugar, porque não uma moagem?

— Praticamente, como começou?

— Nunca ouviu dizer que o mundo é dos atrevidos? Pois assim começamos... um tanto às escuras...

Abriam-se inscrições para sócios, por acções iguais — 400\$00. Pouco tempo depois tínhamos 540. E fechamos a inscrição. Nestas andanças e talvez depois de havermos dado muitos passos inúteis, tivemos a sorte de encontrarmos o Sr. Eng. Santos Duarte, Chefe da 7.ª Circunscrição Industrial de Castelo Branco, que nos ajudou imenso especialmente na parte técnica. Por isso lhe estamos sumamente agradecidos.

O Sr. P.º Esteves, que é o presidente da Comissão e o grande animador desta iniciativa, frisou que constantemente o povo era ouvido para se pronunciar sobre a empresa em curso.

— E como funciona?

— Contamos evidentemente com lucros que irão, antes de mais, amortizar a dívida que se contraiu para a construção da Moagem (é edifício novo), cuja despesa ultrapassou o total das acções. Depois irão valorizar as acções dos sócios.

— E estas como são administradas?

— Não podem ser vendidas, mas podem ser transmitidas a um só herdeiro. Tratando-se de filhos, só um a pode herdar; os restantes podem entrar como sócios, mas com acções devidamente actualizadas.

— Portanto, as acções ficam

limitadas aos familiares dos sócios fundadores.

— Exactamente.

— Falou em Moagem Social e Industrial; porque não cooperativa?

— Porque se fosse cooperativa ficava limitada aos filhos da terra, e é sabido que Malpica ainda não possui trigo suficiente para alimentar uma moagem. Assim ficamos livres para podermos comprar e vender...

E o resto... o resto gira como qualquer uma Moagem. Devo ainda acentuar que se trata de edifício novo, dotado de três moinhos, de lavadora, secadora e de um moinho de martelo para preparar ração para gados. E tudo isto foi feito com o intuito de ajudar e tornar a vida menos dura para a boa gente de Malpica do Tejo.

Pensamos ainda em adquirir, dentro do mesmo espírito, uma debulhadora. Mas isso é «negócio» para mais tarde...

Despedimo-nos, agradecidos, do nosso bom amigo P.º António Esteves Gonçalves, e ficamos a pensar que há razão de sobejo para justificar a alegria que hoje inunda todos os filhos de Malpica do Tejo, a que se associam com a sua presença, o senhor Bispo da diocese, e as autoridades distritais e concelhias.